

## **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA PROPOSTA AVALIATIVA**

Claudia Solagasintua Reinoso; Leticia Helena Medeiros Veloso; Jean Carlos Machado Alves.

### **Resumo**

O presente artigo discorre sobre a importância da avaliação das ações de extensão nas Universidades Públicas no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, além de pesquisas bibliográficas foram feitas análises de documentos de modo a sugerir uma proposta de ferramenta avaliativa com indicadores direcionados a atender às Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Rio de Janeiro. O assunto se mostra abrangente e importante pois, por força de lei, constitui a avaliação institucional. Este trabalho servirá de base para profissionais da área de Gestão Organizacional que trabalham ou tenham interesse em trabalhar em universidades ou órgãos reguladores, obtenham maiores informações e embasamentos sobre o processo de avaliação das instituições de educação superior. A avaliação das ações de extensão pode demonstrar sua real participação na formação do aluno e a contribuição para o avanço do conhecimento e desenvolvimento social e econômico na sociedade. Ademais, percebe-se uma lacuna em estudos e pesquisas dentro do tema aqui abordado e este trabalho visa colaborar para ampliação do conhecimento acadêmico e técnico culminando em intervenções eficazes. Conclui-se que o assunto aqui abordado pode fornecer ferramentas que contribuam para o desenvolvimento das atividades relacionadas às ações de Extensão Universitária e incentivar a realização de novos estudos no meio acadêmico.

**Palavras-chave:** Universidade, Extensão Universitária, Indicadores; Avaliação; Ferramenta Avaliativa.

### **Abstract**

*This article discusses the importance of evaluating extension actions in Public Universities in the State of Rio de Janeiro. To this end, in addition to bibliographic research, document analyzes were carried out in order to suggest a proposal for an evaluation tool with indicators aimed at serving Public Higher Education Institutions in the State of Rio de Janeiro. The subject appears to be comprehensive and important because, by law, it constitutes institutional assessment. This work will serve as a basis for professionals in the area of Organizational Management who work or are interested in working in universities or regulatory bodies, to obtain more information and background on the evaluation process of higher education institutions. The evaluation of extension ac-*

*tions can demonstrate their real participation in student training and the contribution to the advancement of knowledge and social and economic development in society. Furthermore, there is a gap in studies and research within the topic covered here and this work aims to collaborate to expand academic and technical knowledge culminating in effective interventions. It is concluded that the subject addressed here can provide tools that contribute to the development of activities related to University Extension actions and encourage the carrying out of new studies in the academic environment.*

**Keywords:** *University, University Extension, Indicators; Assessment; Assessment Tool.*

## 1. INTRODUÇÃO

Os processos de avaliação, no geral, têm sido objeto de discussões amplas devido à necessidade de garantir qualidade, transparência e aprimoramento contínuo nas instituições de ensino.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) ao elaborar o documento “Política Nacional de Extensão” em 2012, destacou as contribuições das ações de extensão para a produção do conhecimento e para o processo de formação de discentes, docentes e técnicos administrativos. E, para que se possa realmente entender as atribuições da extensão como agente de transformação da própria universidade e da sociedade, é indispensável a construção de um sistema de monitoramento e avaliação que possibilite a qualificação e a extratificação das ações extensionistas (FORPROEX, 2012).

A extensão universitária desempenha um papel crucial no fortalecimento do envolvimento da universidade com a sociedade. A extensão é uma dimensão fundamental da missão acadêmica que visa estender os conhecimentos e recursos da instituição para além dos limites do *campus*, promovendo uma interação mais direta e significativa com a comunidade, proporcionando resultados positivos para todos os atores envolvidos, mais especialmente para o aluno, desenvolvendo e ampliando sua condição humana (OLIVEIRA et al., 2021; MONFREDINI, 2016).

A visão da Extensão Universitária como espaço de disputa de um processo de

mudança na prática acadêmica tem avançado e os resultados se fizeram sentir nas últimas décadas. Sem o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a formação universitária se estabeleceria fora da realidade social, alienada dos problemas sociais. A universidade deve cumprir sua missão social, atuando junto à comunidade através de um diálogo ético e responsável capaz de promover a transformação social (GADOTTI, 2017).

O avanço da Extensão Universitária atualmente diz respeito à sua institucionalização inserida primeiramente pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, reafirmada pelo PNE 2014-2024, exigindo das instituições de ensino superior a busca para promover a efetivação da creditação curricular de 10% das atividades de extensão.

A inserção curricular da extensão universitária representa mais um marco histórico de amadurecimento da extensão como atividade acadêmica integradora do ensino e da pesquisa numa via de mão dupla com a comunidade externa capaz de desenvolver a prática, contribuindo para o aprimoramento da aprendizagem e, conseqüentemente, para o enriquecimento do currículo.

“Os desafios atuais, no cumprimento do PNE, situam-se no campo da superação de uma visão academicista da universidade, para que ela consiga sair de seus muros, integrando, interdisciplinarmente, os saberes das comunidades” (GADOTTI, 2017, p. 4).

A aprovação da Resolução do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior (CNE/CES), nº 07/2018 junto ao Ministério da Educação – MEC estabelecendo diretrizes e metas para a extensão marca um importante avanço para a extensão fortalecendo sua institucionalização.

A Resolução CNE/CES nº 07/2018, no seu Art. 10 diz:

Em cada instituição de ensino superior, a extensão deve estar sujeita à contínua autoavaliação crítica, que se volte para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do

docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais (Brasil., 2018, *online*).

O Fórum Nacional de Extensão ao elaborar o documento “Política Nacional de Extensão”, em 2012, destacou que as contribuições das ações de extensão para a produção do conhecimento, para o processo de formação de discentes, docentes e técnicos administrativos. E como agente de transformação da própria universidade e da sociedade dependem da construção de um sistema de monitoramento e avaliação que possibilite a avaliação das ações extensionistas (FORPROEX, 2012).

A universidade exerce um complexo processo de formação profissional em seus alunos. O envolvimento da universidade com a sociedade deve ser fortalecido através da extensão a fim de proporcionar resultados positivos para todos os atores envolvidos, mas especialmente para o aluno desenvolvendo e ampliando sua condição humana (OLIVEIRA et al., 2021; MONFREDINI, 2016).

Mas, não é só desenvolver a atividade extensionista, observa-se uma necessidade de avaliar para continuidade, planejamento, dentre outros. O tema “avaliação da extensão” não é novo, haja vista que o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) já o discute desde 1987, porém é um tema que vem se tornando cada dia mais importante devido à atualização da legislação.

## **2 DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL**

A extensão universitária no Brasil recebeu duas fortes influências: das universidades populares oriundas do modelo europeu que se utilizava de conferências e cursos e do modelo norte-americano, através da prestação de serviços na área rural (BORGES et al., 2020).

A primeira referência legal à extensão universitária encontra-se registrada no Estatuto das Universidades Brasileiras, que foi estabelecido pelo Dec. nº 19.851, de 11

de abril de 1931, que dizia que a extensão seria efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário destinados à difusão do conhecimento, à solução de problemas nacionais ou à propagação de ideias.

Em seu Art. 109 estabelece: “A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo” (BRASIL, 1931, *online*).

Com a eleição da primeira diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1939 foi elaborado o “Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira”. Esse plano possibilitou a discussão para uma universidade mais crítica, sua relação com a sociedade, buscando não só com o seu desenvolvimento, mas também com a sua transformação. A extensão começou a ser vista como um instrumento de utilização das potencialidades da universidade com o propósito de aproximar a instituição de ensino superior e a sociedade (BRAGGIO, 2019).

Segundo Gadotti (2017) e Coelho (2017), por influência dos movimentos sociais da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do trabalho de Paulo Freire, a partir dos anos 1950 e 1960, a universidade brasileira despertou para o seu compromisso social. Com base nas críticas e propostas de Paulo Freire que questionava a concepção unidirecional ou difusionista da extensão, um novo conceito dialógico e participativo de extensão universitária começou a se desenvolver com intenção de promover mudanças sociais na comunidade não acadêmica, e também causar mudanças importantes na universidade.

Com o Golpe Militar de 1964, as IES foram submetidas a um rígido controle ideológico. A extensão universitária foi canalizada para os serviços de extensão, como o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC, Projeto Rondon e a Operação Mauá, numa atuação assistencialista onde os estudantes eram meros executores de propostas baseadas no ideal de desenvolvimento e segurança, sem vinculação com projetos acadêmicos (RODRIGUES, 2003).

A Reforma Universitária de 1968, Lei nº 5.540, no seu art. 2º, tornou

indissociável o ensino superior da pesquisa e instituiu a extensão no âmbito acadêmico. Porém, a reforma não retirou o caráter assistencialista que havia sido incorporado à extensão. “A legislação de 1968 considera a extensão como ação a ser realizada por estudantes, sem a participação de docentes e desvinculada de planejamento acadêmico institucional” (NOGUEIRA, 2013, p. 34).

A UNE mantém sua atuação e propõe que o estudante participe da vida social das comunidades, propiciando troca de experiências, iniciando a fase da extensão dialógica quando a extensão passa a ser delineada com a perspectiva da mudança social e difusão cultural e vista como missão social das universidades brasileiras. Essa mudança de visão é influenciada pela obra de Paulo Freire “Extensão ou Comunicação” (OLIVEIRA; GOULART, 2015).

Segundo Coelho (2017), a extensão adquire implicações pedagógicas, além de promover aprendizagem e desenvolvimento em múltiplas dimensões e começa a ser entendida como uma função em duas vias ou mão dupla.

Com a implantação da Coordenação de Atividades de Extensão – CODAE em 1975, o MEC passa a assumir uma posição de articulação geral das experiências desenvolvidas no campo da extensão, definindo políticas e estabelecendo um Plano de Trabalho da Extensão Universitária.

Esse plano legitimou a extensão como função da universidade. Segundo o documento, a extensão é “a forma através da qual a instituição de ensino estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa” (NOGUEIRA, 2013, p. 37).

Com o processo de redemocratização do país iniciado na década de 1980, ressurgiram vários movimentos populares e organizações não-governamentais e sindicais que deram nova vida à Extensão Universitária. Esses movimentos possibilitaram uma ampla discussão dentro das universidades brasileiras onde se discutia qual seria seu papel e seu compromisso com as classes menos favorecidas, e o

debate sobre a autonomia universitária. A extensão passa a ser considerada como a atividade que vai possibilitar à universidade cumprir sua missão social (GADOTTI, 2017).

Em novembro de 1987, ocorreu a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX).

As ideias de Paulo Freire são incorporadas ao conceito de extensão universitária no Brasil pelo esforço coletivo congregado através do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (FORPROEX, 1987, *online*).

A extensão passa a ser compreendida como uma possibilidade de desenvolvimento acadêmico, gerando novos conhecimentos, inspirando novas atividades de pesquisa. Sinalizando para uma prática acadêmica que visa interligar a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, promovendo uma formação profissional mais qualificada (COELHO, 2017; RODRIGUES, 2003).

A Constituição de 1988 consagrou o princípio da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Artigo 207) e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1996 (Lei no 9.394/96) estabeleceu a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade em seu Artigo 43. A transformação da Extensão Universitária num instrumento de mudança social e da própria universidade tem caminhado junto com a conquista de outros direitos e de defesa da democracia.

Em 1993, o VII Encontro buscou discutir uma avaliação para a extensão no

contexto da autonomia universitária, onde deveria estar contemplada a função acadêmica e a função social da universidade. Destaca-se como conclusão desse Fórum de discussão que a avaliação da extensão universitária deve abordar três níveis inter-relacionados, a citar: o compromisso institucional para estruturação e efetivação das atividades de extensão; o impacto dessas atividades junto aos segmentos sociais com quem atuam e os processos; métodos e instrumentos de avaliação (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1993).

No que se refere à institucionalização da extensão universitária, também teve como marco a confecção do Plano Nacional de Extensão – PNE 2001-2010 que implantava o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária, tendo sua última versão apresentada em 2001.

O PNE 2001-2010 definiu o conceito de extensão universitária como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (FORPROEX, 1987, *online*), além de ter firmado as diretrizes que orientam suas atividades: a interação dialógica; a interdisciplinaridade e interprofissionalidade; a indissociabilidade Ensino-Pesquisa- Extensão; o impacto na formação do estudante e o impacto e transformação social (BRASIL, 2001).

O PNE 2014-2024 reafirma em sua Meta 12 a obrigatoriedade das instituições públicas de ensino superior assegurarem, “no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

A Resolução MEC Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimentou o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024 e dá outras providências:



A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa [...].

As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos (BRASIL, 2018, Art. 3º e 4º).

Neste contexto, uma das principais medidas a serem adotadas pelas IES é redefinir-se, abrindo-se ao diálogo com a comunidade acadêmica numa redefinição dos seus currículos e tendo como base o princípio da indissociabilidade ou estará simplesmente maquiando um processo, com arranjo didático-metodológico (IMPERATORE et al., 2015).

A extensão atualmente está contribuindo para construir um novo conceito de universidade, provando que não é algo menor do que ensinar ou do que pesquisar, interligando-se na pesquisa e no ensino num movimento de fazer a formação do ensino superior mais complexa. Assim sendo, suas atividades irão prescindir de acompanhamento, de supervisão, de registro, de assentamento e de avaliação da mesma forma que todos os demais componentes curriculares.

### **3 ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DA EXTENSÃO**

De acordo com o documento “Extensão Universitária: a organização e sistematização”, publicado pelo FORPROEX em 2007, as ações de Extensão seguem as definições que norteiam as concepções da extensão, tais como:

**PROGRAMA** - Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.

**PROJETO** - Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado.

**EVENTO** - Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO** - Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem.

Segundo o documento, as ações de Extensão Universitária devem ser classificadas em Áreas do Conhecimento, tendo por base as definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Quadro 1 –Áreas do Conhecimento para classificação das ações de extensão

Ciências Exatas e da Terra
Ciências Biológicas
Engenharia / Tecnologia
Ciências da Saúde
Ciências Agrárias
Ciências Sociais
Ciências Humanas
Linguística, Letras e Artes

Fonte: CNPq *apud* FORPROEX (2007, p. 23)

O documento cita ainda que as ações de Extensão precisam ser classificadas segundo a área temática. A classificação por área deve observar o objeto ou assunto que é focado na ação. O documento sugere que mesmo não se encontrando no conjunto das áreas uma correspondência absoluta com o objeto da ação, a mais aproximada, tematicamente, deverá ser a escolhida. Como grande número delas podem ser relacionadas a mais de uma área, é aconselhável que sejam classificadas no sistema em área temática principal (1) e, opcionalmente, em área temática secundária (2).

## Quadro 2 – Áreas temáticas para classificação das ações de Extensão Universitária

1. Comunicação	5. Meio Ambiente
2. Cultura	6. Saúde
3. Direitos Humanos e Justiça	7. Tecnologia e Produção
4. Educação	8. Trabalho

Fonte: FORPROEX (2007, p. 24)

A denominação Linha de Extensão substituiu, a partir de 2006, a denominação anterior Linha Programática e tem especial importância para a construção de programas das Ações de Extensão. Ainda de acordo com o documento as linhas de extensão não são, obrigatoriamente, ligadas a uma área temática em especial. Como exemplo, as ações relativas à linha de extensão “Direitos individuais e coletivos” que podem ser registradas tanto na área temática relacionada a Direitos Humanos e Justiça, quanto na área de Saúde, ou na área de Educação, ou na área de Trabalho, ou mesmo na de Tecnologia, dependendo do tema em questão.

Como diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de extensão determinadas na Política Nacional de Extensão e aprovadas no Plano Nacional de Extensão Universitária (2012), apresentam-se:

a) Interação Dialógica - orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcados pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais.

b) Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade - busca combinar especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações.

c) Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão - as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino)

e de geração de conhecimento (Pesquisa). Assim, no âmbito da relação entre Pesquisa e Ensino, a diretriz Indissociabilidade Ensino - Pesquisa - Extensão inaugura possibilidades importantes na trajetória acadêmica do estudante e do professor.

d) Impacto na Formação do Estudante - As atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública Brasileira.

e) Impacto e Transformação Social - reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas.

As ações de extensão deverão buscar a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa e estimular a prática extensionista na formação acadêmica.

Toda ação de extensão deve ser originada em Departamento de Ensino ou Coordenação Acadêmica e deve estar devidamente registrada no sistema disponibilizado pela instituição.

#### **4 O PROCESSO AVALIATIVO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ALGUNS INDICADORES BRASILEIROS**

O FORPROEX vem trabalhando na construção de indicadores para avaliação da extensão nas Instituições Públicas de Educação Superior – IPES há décadas tendo criado em maio de 1999 o primeiro Grupo de Trabalho de Avaliação o qual foi transformado em Comissão Permanente de Avaliação de Extensão - CPAE em 2001. Essa comissão

são atuou intensamente até 2010, produzindo referenciais teóricos e instrumentos para avaliação da extensão universitária além de promover debates nacionais e regionais nos diversos eventos do FORPROEX.

Buscando trazer para a extensão princípios avaliativos que pudessem mensurar e melhorar a gestão da prática universitária, Maximiano Junior *et al* (2017), publicaram o livro “Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU)”, resultado do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Indicadores de Avaliação da Extensão (GTIex).

O modelo dos indicadores propostos pelo GTIex – IBEU (2017) foi elaborado, associado à ótica da gestão de desempenho alinhando os indicadores propostos à visão de Cadeia de Valor e inspirado no *Balanced Scorecard* (BSC) como uma forma de contemplar as principais perspectivas da extensão e tratar de forma sistêmica os principais processos da extensão.

Segundo Cerqueira e Martins (2018, p. 401), o BSC é utilizado para monitorar o progresso na construção de capacidade e na aquisição de ativos intangíveis que são necessários para o crescimento da empresa.

O modelo *Balanced Scorecard* (BSC) aplicado à extensão mapeou a possibilidade de utilizar algumas perspectivas aplicadas à extensão: I – a sociedade de forma ampla; II – os financiadores públicos; III- os estudantes da extensão; IV – a gestão universitária e V – os professores e técnicos acadêmicos.

De acordo com o FORPROEX (2001), para o alcance do objetivo de “promover a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade” a avaliação da extensão deve ser efetuada levando-se em consideração as cinco dimensões que caracterizam a extensão universitária:

a) A política de gestão da Universidade, avaliada para apontar como a Universidade incorpora a função extensionista. Suas finalidades, objetivos, fomento e atribuições da extensão, bem como seus instrumentos de ação;

b) A infraestrutura, que informa as condições físicas e gerenciais reais de realização da extensão e sobre as possibilidades de se consolidarem as metas almejadas;

c) O plano acadêmico, que analisa as possibilidades de incorporação da Extensão na vida acadêmica (valorizando as experiências desenvolvidas pelo conjunto de participantes na ação extensionista (professores, funcionários e estudantes);

d) A relação Universidade-sociedade, que revela de que modo as atividades de extensão estão presentes na sociedade, quais seus pressupostos e finalidades e como a universidade interage no sentido de transformações recíprocas e

e) A produção acadêmica, que mostra os produtos e a forma de disseminação do conhecimento e que, no âmbito universitário, tem o seu valor reconhecido.

As três primeiras relacionam-se com a gestão interna e as duas últimas apontam para o relacionamento com o meio externo.

Para a construção e definição de indicadores consistentes no âmbito da extensão universitária, faz-se necessário considerar as particularidades das ações desenvolvidas e a percepção das partes interessadas das ações sobre os efeitos e produtos gerados (KIENETZ, 2018).

O processo de consulta sobre relevância dos indicadores proposto pelo GTIex - IBEU partiu da proposição de 58 chegando ao número final de 52. Dentre esses, foram elencados os 10 melhor avaliados, de acordo com a pontuação obtida. Sendo 4 da dimensão Relação Universidade-Sociedade (RUS), 3 de Política de Gestão (PG), 2 de Plano Acadêmico (PA), e 1 relativo à Produção Acadêmica (Prod).

O projeto IBEU não se propôs a definir um conjunto de indicadores para a extensão universitária brasileira automaticamente adequável a qualquer instituição. Reconhecendo as múltiplas particularidades o objetivo proposto e alcançado foi estabelecer uma base de referência, em que diferentes instituições poderão se apoiar para pensar e planejar, considerando sua realidade particular (MAXIMIANO JUNIOR et al., 2017, p. 56).

A Resolução nº 7 CNE/CES de 2018 determina que as IES devem estabelecer e explicitar instrumentos e indicadores para os seus processos de autoavaliação de forma contínua.

No seu artigo 10, a Resolução indica pontos importantes que devem estar pre-

sentes no processo de avaliação como: o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação de parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais (BRASIL, 2018).

A Extensão Universitária precisará se adequar fazendo o uso de procedimentos de avaliação, cada vez mais rigorosos, com indicadores quantitativos e qualitativos, que possam auxiliar no seu permanente aprimoramento.

## **5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, em fontes de informação de acesso gratuito, como o Portal de Periódicos da CAPES, com o intuito de acessar a informação científica disponível acerca dos temas estudados, de forma a conhecer os conceitos básicos utilizados no estudo, dialogando com o entendimento dos principais autores da temática.

Nesse sentido, abordou-se a Extensão Universitária, seu desenvolvimento e a importância da avaliação para a gestão universitária, para a qualidade de suas atividades, apresentando conceitos, formas e uma proposta de ferramenta avaliativa para as instituições públicas do estado do Rio de Janeiro.

De acordo com Gray (2021), por terem sido aplicados meios técnicos na busca por informações, este estudo pode ser classificado como exploratório no que tange aos seus objetivos, pois foram utilizados procedimentos de pesquisa documental nas bases de arquivos de acesso público. Foram incluídos relatórios organizacionais, normas e documentos institucionais das IES, de associações de classe, órgãos reguladores, entidades normativas e legislação, dentre outros. Neste sentido, as fontes de informação podem ser classificadas como documental e bibliográfica.

A técnica de pesquisa documental mostrou-se um importante meio para a busca pelas legislações nacionais pertinentes ao Ensino Superior no Brasil e à Extensão

Universitária, além do material produzido pelo FORPROEX ao longo de sua existência.

Possibilitando ainda a compreensão do alcance da Política Institucional de Extensão, uma vez que se tem acesso a todos os documentos disponibilizados pelas IESP/RJ em seus sítios eletrônicos, além de atas, resoluções, normativas, relatórios de gestão, editais e outros documentos advindos da política em comento, disponibilizados nas páginas institucionais. Tendo em vista que os dados obtidos nos procedimentos de coleta resultaram em informações de cunho qualitativo, pode-se, ainda, classificar a pesquisa, quanto à natureza dos dados, como sendo qualitativa.

Para o levantamento dos dados acessíveis nos *sites* institucionais das Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro foram definidas questões distribuídas em 06 categorias, sendo elas: Estrutura Formal, Registro, Editais, Avaliação, Acompanhamento e Curricularização.

As categorias definidas e questões elaboradas visaram compreender a estrutura de gestão da extensão nas instituições e os aspectos relacionados aos principais macroprocessos das ações de extensão a partir do referencial teórico analisado.

Quadro 3 – Roteiro para levantamento dos dados acessíveis nos sites institucionais

<b>Categorias</b>	<b>Questões</b>
Estrutura	Possui Pró-Reitor de Extensão ou equivalente?
	Possui Coordenadorias ou órgão equivalente de apoio?
	Possui Câmara de Extensão ou órgão equivalente?
	Possui Comissões de Extensão ou órgão equivalente?
Registro	Possui Sistema próprio para registro das ações de Extensão?
	Possui Resolução regulamentando as ações de Extensão?
	Existem prazos definidos para registro das ações de Extensão?
	Existe alguma condição para a emissão de certificados?
Editais	Possui Edital de Fomento para a Extensão?
	Existe priorização para algum tipo de ação para o fomento?
	Existem condições para pagamento das bolsas?
	Existe definição sobre quem pode ser o coordenador de projeto?
	Existe exigência de emissão de relatório parcial?
	Existe exigência de emissão de relatório final?
Avaliação	Existe formulário específico para o relatório final?
	Existe critério pontuável para análise das ações no momento do registro da ação?



<b>Categorias</b>	<b>Questões</b>
	Existe critério pontuável para avaliação das ações nos editais?
	Existe formulário específico para avaliação dos bolsistas?
	Os bolsistas avaliam a ação de extensão?
	Existem critérios pontuáveis para a avaliação dos bolsistas?
	O Público-Alvo realiza avaliação da ação de Extensão?
	Existem critérios definidos para a avaliação da ação pelo Público-Alvo?
Acompanhamento	Existe exigência de emissão de relatório parcial?
	Existe exigência de emissão de relatório final?
	Existe formulário específico para o relatório final?
Regulamentação	Acompanha as atualizações do FORPROEX?
	Explicita as Diretrizes da Extensão?
	Divulga as Áreas Temáticas da Extensão?
Curricularização	Possui regulamentação?
	Pratica a Inserção Curricular da Extensão?

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Para as questões das categorias: Estrutura Formal, Registro, Editais, Avaliação, Acompanhamento e Curricularização foram definidos dois tipos de respostas para tabulação dos resultados: “Sim” ou “Não”. Para a questão “Possui Edital de Fomento para a Extensão?” foram observados os editais publicados no ano de 2021.

Foram feitas pesquisas nos sites institucionais das Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Rio de Janeiro: UENF, UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ e UNIRIO.

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A coleta dos dados realizada por meio de pesquisa documental possibilitou identificar as seis IESP do estado do Rio de Janeiro, seus históricos, características, normativas e metas.

As universidades pesquisadas estão indicadas neste trabalho como :

- I- Universidade A
- II- Universidade B
- III- Universidade C

IV- Universidade D

V- Universidade E

VI- Universidade F

Após a realização da coleta, os dados foram agrupados e as características constatadas.

Na categoria estrutura, a Coordenação ou órgão equivalente na Pró-reitoria de Extensão é o responsável pela existência de regulamentação das atividades de Extensão vinculada à descrição de quais práticas são consideradas como Extensão, suas características como Programa, Projeto, Curso, dentre outras, além de prever os procedimentos para a realização do registro institucional.

As IESP estudadas citam que as ações de Extensão devem sempre estar vinculadas a um edital, seja de Fluxo Contínuo, Edital de Bolsas ou Edital de Fomento.

Todas as IESP estudadas têm procedimentos e mecanismos estabelecidos para registrar e documentar todas as atividades de extensão de acordo com as normativas legais vigentes.

Na categoria registro há uma avaliação quando uma ação de extensão é submetida no momento do registro no sistema adotado por cada instituição. A ação é analisada ao menos pela Coordenação ou órgão equivalente, para posterior validação da ação a ser realizada baseada nas diretrizes e áreas temáticas da Extensão de acordo com o FOR-PROEX (2001).

Os *sites* e plataformas utilizados pelas IESP pesquisadas são de difícil navegação. Cada IESP utiliza um sistema próprio para registro das ações.

A diversidade de sistemas de registro de ações entre as IESP pode complicar a integração de dados e dificultar a transparência. Simplificar esse processo e promover a padronização pode ser fundamental para melhorar a eficiência e a prestação de contas.

A ausência de padronização dos sistemas de registro e acompanhamento das ações de Extensão utilizados pelas Pró-reitorias é um aspecto negativo para a pesquisa por conter itens indispensáveis para os cadastros, bem como os formulários utilizados.

Seria interessante considerar iniciativas para modernizar e unificar esses sistemas, além de investir em treinamento para garantir que os usuários saibam como navegar e usar as plataformas de forma eficaz. Além disso, a atualização constante das informações é essencial para manter a relevância e a utilidade desses recursos online.

É interessante notar que, embora todas as seis IESP do Estado do Rio de Janeiro tenham regulamentações para suas ações, apenas as Universidades B, C, D e E fazem exigências para a emissão de certificados. Isso pode resultar em inconsistências na documentação e na prestação de contas, já que os certificados muitas vezes são necessários para validar a participação ou conclusão de determinadas atividades.

Na categoria editais, é possível perceber a existência de editais em todas as IESP analisadas. Algumas informações encontram-se diretamente descritas nos editais e outras são mencionadas nos editais como cumprimento de resolução vigente ou utiliza-se o regramento institucional existente. Somente as Universidades A, C e D apresentam editais de fomento à extensão.

A pesquisa mostra que há uma variedade de abordagens na categoria de avaliação entre as instituições de ensino superior pesquisadas. Algumas instituições optam por critérios mais elaborados, que incluem a atribuição de notas ponderadas e uma escala clara de avaliação, indo desde a nota mínima até a máxima. Essa abordagem oferece uma avaliação mais detalhada e precisa do desempenho das ações nos processos de registro.

Por outro lado, outras instituições parecem focar principalmente na observância do cumprimento das etapas de preenchimento e na apresentação dos anexos obrigatórios. Essa abordagem por ser mais simplificada, pode não capturar completamente a qualidade ou o mérito do trabalho realizado.

A adoção de formulário próprio para a avaliação dos bolsistas está presente nos sites das Universidades A, B, C e D.

Quanto à avaliação com o Público-Alvo das ações de Extensão, inexistem qualquer formulário ou critério que norteie tal processo em nenhuma IESP. Observa-se que, apesar das ações serem orientadas por seus devidos editais para atender a uma questão específica de um público, as organizações não estruturaram medidas formais para verificar qual a percepção destes diante das ações realizadas.

Na categoria acompanhamento, constata-se que a maioria das IESP exige a emissão de Relatórios Finais e algumas de Relatórios Parciais.

Dentre as seis instituições analisadas, somente a Universidade F não exige o envio do relatório como condicionante à aprovação do registro da ação em edital de ano subsequente; as Universidades B e D exigem aprovação do relatório final e as demais utilizam dados de relatórios anteriores como critério para aprovação em editais posteriores.

Quanto à categoria curricularização, foram realizadas consultas para identificar a existência de resolução em cada IESP para a Inserção Curricular da Extensão e se já havia a prática.

Evidenciou-se que a inserção curricular da extensão (ICE) nas universidades públicas do estado do Rio de Janeiro encontra-se em diferentes momentos nos processos de adaptação e implantação.

Todas estão em prática da ICE sendo que as Universidades C e E iniciaram as tratativas no ano de 2022, verificando-se que ainda será preciso muitos avanços para viabilizar efetivamente suas ações.

Como a inserção curricular da extensão tem exigido um olhar atento para a operacionalização da estruturação da extensão no centro da vida acadêmica e seus desdobramentos, assim como a Resolução CNE/CES nº 7/2018 também indica que haverá a necessidade de avaliação das ações de extensão, o presente estudo pretende contribuir propondo uma ferramenta para as IES analisadas.

As universidades foram analisadas por categorias e questões foram elaboradas no sentido de compreender a organização da gestão da extensão como: estrutura, registro, editais, avaliação, acompanhamento e curricularização.

## 7 PROPOSTA DE FERRAMENTA AVALIATIVA PARA AS AÇÕES DE EXTENSÃO DAS IESP DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A proposta apresentada é de uma ferramenta avaliativa adaptada e direcionada para acolher e atender às necessidades das Instituições de Ensino Públicas do Estado do Rio de Janeiro baseada nos Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU), de modo a garantir a legitimidade da ferramenta proposta.

Como visto anteriormente, de acordo com o FORPROEX (2001), para o alcance do objetivo de “promover a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade” a avaliação da extensão deve ser efetuada levando-se em consideração as cinco dimensões que caracterizam a extensão universitária: Política de Gestão; Infraestrutura; Plano Acadêmico; Relação Universidade-Sociedade e Produção Acadêmica.

Para tanto, foram selecionados os indicadores do documento IBEU que mais se adequaram às características das IESPs do estado do Rio de Janeiro, conforme demonstrado no Quadro 4.

Quadro 4 – Indicadores selecionados do IBEU para auxiliar a confecção da proposta de ferramenta avaliativa para ações de extensão das IESP/RJ

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador selecionado</b>	<b>Medida ou Cálculo</b>
Política de Gestão	PG2 - Estrutura organizacional de suporte à extensão universitária	Qualitativa, binária: SIM ou NÃO
	PG3 – Institucionalização de programas e projetos de extensão	Quantitativa, proporção: alunos/programas e projetos
	PG8 – Garantia da qualidade na extensão	Qualitativa, binária: SIM ou NÃO
	PG11 – Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão	Quantitativa, percentual (%): = (orçamento anual

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador selecionado</b>	<b>Medida ou Cálculo</b>
		destinado exclusivamente à extensão / orçamento total da IES no ano) X 100
Infraestrutura	Infra7 - Acesso e transparência das ações de extensão	Qualitativa, binária: SIM ou NÃO
Plano Acadêmico	PA1 – Regulamentação de critérios para inclusão da Extensão nos currículos	Qualitativa, binária: SIM ou NÃO
	PA5 – Contribuições da extensão para o ensino e a pesquisa	Qualitativa, binária: SIM ou NÃO
	PA7 - Participação geral da extensão no apoio ao estudante	Quantitativa, percentual (%): = (Nº anual de bolsas de extensão para alunos de graduação / Nº total anual de bolsas para alunos de graduação excluindo assistência estudantil) x 100
	PA8 - Participação de docentes na Extensão	Quantitativa, percentual (%): = (nº de técnicos administrativos do quadro permanente da IES envolvidos em ações de extensão / nº total de técnicos administrativos do quadro permanente da IES) X 100
Relação Universidade-Sociedade	RUS1: Representação da sociedade na IES	Qualitativa: SIM ou NÃO
	RUS2 – Parcerias interinstitucionais	Quantitativa, proporção: = Nº de convênios, contratos e acordos firmados / nº total de ações de extensão
	RUS7 – Público alcançado por programas e projetos	Quantitativa, proporção: Nº total de pessoas atendidas por programas e projetos no ano / nº total de programas e projetos apoiados no ano
	RUS8 - Público alcançado por cursos e eventos	Quantitativa, proporção: Nº total de pessoas atendidas por cursos e eventos no ano / Nº total de cursos e eventos apoiados no ano
	RUS10 – Ações de Extensão dirigidas para escolas públicas	Quantitativa, percentual (%):

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador selecionado</b>	<b>Medida ou Cálculo</b>
	RUS12 - Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	= (nº de ações de extensão dirigidas para escolas públicas/ nº total de ações de extensão registradas) X 100 Quantitativa, percentual (%): = (Nº de ações de extensão dirigidas à população em vulnerabilidade social / Nº total de ações de extensão registradas) x 100
Produção Acadêmica	Prod1 - Ações de extensão desenvolvidas por modalidade	Quantitativa, proporção: Nº ações / nº de alunos de graduação matriculados em regime presencial
	Prod4 - Publicação de artigos em periódicos com base em resultados da extensão	Quantitativa, proporção: Nº total artigos-resumos publicados como resultado das ações de extensão / Nº total de programas e projetos apoiados

Fonte: Elaborado pelos autores adaptado do Relatório IBEU (MAXIMIANO JUNIOR *et al.*, 2017)

Sobre a dimensão de Política de Gestão, que se configura nas finalidades, objetivos, fomento e atribuições da extensão, o indicador PG2 – Estrutura organizacional de suporte à extensão universitária apresentou as melhores características para a ferramenta proposta. Dentro de sua dimensão aparece como o indicador mais bem avaliado pelo Grupo de Trabalho do documento IBEU. Tem como objetivo identificar na Instituição de Ensino Superior (IES) a existência de órgãos definidores de políticas de extensão, responsáveis pela implementação de normas e regulamentações, atuando como suporte à dimensão de infraestrutura.

Seguindo na dimensão Política de Gestão, o indicador PG3 – Institucionalização de programas e projetos de extensão foi selecionado. Deverá avaliar o nível de oferta

aos alunos matriculados na instituição de programas e projetos institucionalizados auxiliando a gestão a quantificar o alcance de suas ações no universo estudantil.

Já o indicador PG8 – Garantia da qualidade na extensão é o que identifica a existência de procedimentos formais e sistematizados para avaliação e aprovação de propostas, acompanhamento da execução e resultados de ações de extensão. É o indicador onde será mencionado o sistema de registro, o documento de criação das comissões de avaliação e os resultados obtidos nos relatórios.

O indicador PG11 – Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão é o que irá avaliar a proporcionalidade entre os recursos recebidos (recursos para fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão) e efetivamente destinados para o fomento de ações extensionistas. Esse indicador possibilita avaliar o comprometimento da gestão universitária com o princípio da Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão.

A próxima dimensão abordada diz respeito à Infraestrutura da Universidade e o indicador designado é o Infra7 por dar acesso e transparência das ações de extensão.

Na dimensão Plano Acadêmico, sugeriu-se o indicador PA1 – Regulamentação de critérios para inclusão da Extensão nos currículos. Tal indicador atende à perspectiva da gestão institucional e permitirá acompanhar e auxiliar na implementação da curricularização da extensão nas IES.

Recomendou-se também o indicador PA5 – Contribuições da extensão para o ensino e a pesquisa. Como seu objetivo é avaliar as contribuições geradas a partir da relação dialógica universidade e demais setores da sociedade materializadas em novas linhas e grupos de pesquisa implantados, mudanças curriculares, novas metodologias e outras contribuirão para contabilizar essa relação.

Ainda na dimensão Plano Acadêmico, o indicador selecionado é o PA7: Participação geral da extensão no apoio ao estudante. Esse indicador tem o objetivo de avaliar o quantitativo de bolsas de extensão foi distribuído levando em relação o total de bolsas concedidas para alunos de graduação, exceto as bolsas de assistência estudantil.



O indicador PA8 - Participação de docentes na extensão poderá avaliar o nível de participação direta (coordenação e/ ou execução) de professores em ações de extensão universitária.

A próxima dimensão avalia a Relação Universidade-Sociedade. O indicador selecionado RUS1 - Representação da sociedade na IES tem a possibilidade de identificar a participação de representantes da sociedade civil nas instâncias deliberativas da instituição (conselhos, câmaras, comissões e outros). Esse indicador possibilita verificar a integração da universidade junto à sociedade.

Foi recomendado o indicador RUS2 – Parcerias interinstitucionais que identifica o número de convênios, contratos, acordos e congêneres com o número de ações de extensão. Na perspectiva nacional, esse indicador possibilita verificar quais universidades mais se relacionam com seu ambiente externo.

Já o indicador RUS7 calcula a razão entre o número de programas e projetos e o número de pessoas por eles atendidas, utilizando o público direto informado.

Com o indicador RUS8 é possível identificar o alcance das ações junto às comunidades externas por meio de cursos e eventos.

O indicador RUS10 busca identificar quais ações foram dirigidas para escolas públicas e avalia o grau de compromisso da IES com o ensino público.

O indicador designado ainda na dimensão Relação Universidade-Sociedade é o RUS12 que identifica a inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas. Tem por objetivo avaliar o grau de comprometimento social da IES com a população em situação de vulnerabilidade.

A última dimensão abordada é a produção acadêmica, que oferece o indicador Prod1, mostrando a relação entre ações desenvolvidas e o total de alunos da IES. O indicador Prod4 diz respeito à publicação de artigos em periódicos com base em resultados da Extensão e possibilita a avaliação em nível de Unidade Acadêmica e em nível institucional. Sua relevância se dá em virtude da comparação com os indicadores de pesquisa.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A afirmação de que a educação superior pode cumprir sua missão extensionista mediante a busca constante pela máxima qualidade reflete a compreensão da importância da excelência acadêmica para o efetivo engajamento com a sociedade. A avaliação contínua e permanente, quando fundamentada em indicadores adequados e direcionados, desempenha um papel crucial nesse processo.

Discutir maneiras de tornar o processo avaliativo da extensão uma prática da evolução da missão acadêmica, de forma participativa e democrática, tem se mostrado o melhor caminho para definir os indicadores ideais, tendo em vista que as ações de extensão são dinâmicas e distintas dentro de uma mesma universidade.

Neste sentido, procurou-se traçar uma linha histórica temporal que, ao longo desse artigo, buscou elucidar conceitos, para que aos poucos, e baseando-se em estudos atuais, pudesse demonstrar a relevância de uma ferramenta avaliativa como diretamente atrelada a bons resultados para a gestão, para a comunidade acadêmica, para a formação discente e para a sociedade.

O estudo mostra que a avaliação das ações de extensão deve partir do uso de um número reduzido de indicadores que valorizem os aspectos peculiares e individuais de cada região, de cada realidade institucional, possibilitando um melhor entendimento da relevância e do alcance das ações.

A partir das informações coletadas, é possível concluir que as Instituições de Ensino Superior Públicas do estado do Rio de Janeiro estão em diferentes estágios de implementação da legislação vigente relacionada às ações de extensão. A disponibilização de ferramentas e indicadores para avaliação dessas ações também varia entre as instituições, com apenas duas delas fornecendo esses recursos.

Essa discrepância sugere que algumas instituições podem estar mais avançadas no desenvolvimento e na transparência de suas práticas de extensão, enquanto outras

ainda estão em processo de adaptação ou implementação das exigências legais. A falta de disponibilidade de ferramentas e indicadores de avaliação em algumas instituições pode dificultar a monitorização e o aprimoramento das atividades de extensão, além de limitar a prestação de contas e a transparência sobre os resultados alcançados.

Seria importante que todas as instituições se esforçassem para cumprir plenamente as diretrizes legais e para promover a disponibilidade de ferramentas e indicadores de avaliação, garantindo assim uma gestão eficaz e uma prestação de contas adequada das atividades de extensão. Isso pode contribuir para o aprimoramento contínuo dessas ações e para o fortalecimento do papel das instituições de ensino superior na comunidade.

Como resultado da proposta de ferramenta avaliativa, espera-se colaborar com a análise real do desempenho das ações de extensão propiciando o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa e a formação do estudante fornecendo dados para a tomada de novas decisões administrativas e melhorias futuras para as IESP do estado do Rio de Janeiro, lembrando sempre de que a implementação dessa proposta pode variar dependendo das características específicas de cada instituição.

Pretende-se com essa pesquisa contribuir para a discussão da importância de uma extensão universitária de qualidade, promover o avanço de atividades relacionadas à avaliação das ações de Extensão Universitária, de modo que se torne um dos parâmetros de avaliação da própria universidade e incentivar a realização de novos estudos no meio acadêmico.

## **REFERÊNCIAS**

BORGES, E. L. P.; WEINITSCHKE, E. D.-F.; MORETTO NETO, L. A extensão universitária da Universidade Federal de Santa Maria do Brasil em tempos de pandemia: ações de enfrentamento à COVID-19. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DO CLAD SOBRE A REFORMA DO ESTADO E

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 25., 2020, Lisboa, Portugal. **Atas ...** Lisboa, Portugal, 2020.

BRAGGIO, A. K. A Gênese da Reforma Universitária Brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, e073, 2019.  
<http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e073>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 mar.2020.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Brasília: 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 15 jul. 2019.

CERQUEIRA, C. D.; MARTINS, I. L. B. Uso do Balanced Scorecard como ferramenta competitiva na gestão estratégica: um estudo de caso no departamento de Supply Chain

Management de uma fábrica de papel e celulose em Mogi Guaçu – SP. **Revista Gestão em Foco**, ed. n. 10, p. 398-429, 2018.

COELHO, G. C. A extensão universitária e sua inserção curricular. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, v. 5, n. 2, p.5-20, jul./dez. 2017.

ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 7, 1993, Cuiabá. **Avaliação da extensão no contexto da autonomia universitária**. Jun. 1993. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/ Encontro-Nacional/1993-VII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FORPROEX. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. 2001. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/relex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/relex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em: 18 maio 2022.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 18 maio 2022.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017.

GRAY, D. E. **Doing Research in the Real World**. 5. ed. London: Sage Publications, 2021.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V.; IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA: Desafios da Gestão Universitária no Século XXI*, 15., 2015, Mar del Plata, Argentina. **Anais ... Mar del Plata, Argentina**, 2015.

KIENETZ, T. B. **Avaliação da extensão universitária**: uma proposta para as ações de extensão da Universidade Federal de Santa Maria. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas) – Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

MAXIMIANO JUNIOR, M. *et al.* (Orgs.). **Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária**. Campina Grande, PB: UDUFCG, 2017.

MONFREDINI, I. (Org.). **A Universidade como espaço de formação de sujeitos**. Santos, SP: Ed. Universitária Leopoldianum, 2016.

NOGUEIRA, M. D. D. P. (Org.). **Avaliação da extensão universitária**: práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Rev. Ciênc. Ext.**, v.11, n.3, p.8-27, 2015.

OLIVEIRA, R. E. de; FIGUEIREDO, R. A. de; MAKISHI, F.; SAIS, A. C.; OLIVAL, A. de A.; ALCÂNTARA, L. C. S.; MORAIS, J. P. G. de; VEIGA, J. P. C. A interdisciplinaridade na prática acadêmica universitária: conquistas e desafios a partir de um projeto de pesquisa-ação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, Sorocaba, v. 26, n. 2, p. 377-400, 2021.

RODRIGUES, A R. **A extensão universitária: indicadores de qualidade para avaliação de sua prática**: estudo de caso em um centro universitário privado. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, 2003.